

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Kleiton Semensatto da Costa

REPRESENTAÇÕES DO URBANO NO CIBERESPAÇO:

Uma breve análise das metáforas urbanas nos sites oficiais
de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo

Porto Alegre
2007

Kleiton Semensatto da Costa

REPRESENTAÇÕES DO URBANO NO CIBERESPAÇO:

Uma breve análise das metáforas urbanas nos sites oficiais
de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo

Monografia apresentada à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção de
título de Bacharel em Comunicação Social,
ênfase em Publicidade e Propaganda.

Orientadora: Adriana Coelho Borges Kowarick

Porto Alegre
2007

“(...) Se de fato existisse uma Olívia de bífores e pavões, de seleiros e tecelãs de tapetes e canoas e estuários, seria um mero buraco negro de moscas, e para descrevê-la eu teria de utilizar as metáforas da fuligem, dos chiados de rodas, dos movimentos repetidos, dos sarcasmos. A mentira não está no discurso, mas nas coisas.”
(Ítalo Calvino)

RESUMO

Este trabalho propõe uma breve análise das metáforas urbanas nos sites oficiais de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo. Para tanto, é apresentada a evolução do fenômeno urbano, bem como a importância das suas representações na construção do seu imaginário. Logo após, aborda-se a interferência das novas tecnologias da informação e da comunicação no cotidiano das cidades contemporâneas. E por fim, realiza-se uma análise de discurso focada nas metáforas urbanas encontradas nos sites oficiais das cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo, especialmente nas áreas voltadas ao estrangeiro, ou seja, àquele que não vive o cotidiano da cidade.

Palavras-chave: Belo Horizonte, cibercidade, ciberespaço, cidade, imaginário urbano, portais governamentais, Porto Alegre, São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Página inicial do site oficial da cidade de Porto Alegre.....	28
Figura 2: Área <i>Turismo</i> do site oficial da cidade de Porto Alegre.....	30
Figura 3: Página inicial do site oficial da cidade de Belo Horizonte.....	32
Figura 4: Página inicial do site oficial da cidade de São Paulo.....	34
Figura 5: Área <i>Conheça São Paulo</i> do site oficial da cidade de São Paulo.....	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A CIDADE.....	8
2.1. A Cidade Praticada.....	11
2.2. A Cidade Imaginada.....	14
3. A CIBERCIDADE.....	17
3.1. A Sociedade em Rede.....	18
3.2. O Ciberespaço.....	19
3.3. As Cibercidades.....	20
3.4. O Estado e o Ciberespaço.....	23
4. ANÁLISE DOS PORTAIS.....	26
4.1. Porto Alegre.....	27
4.2. Belo Horizonte.....	31
4.3. São Paulo.....	33
4.4. Metáforas Urbanas.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Desde sua origem, a cidade é um fenômeno coletivo, bem como a construção de sua imagem. Ao reunir um grande número de pessoas dentro de seus limites, a cidade é cenário de práticas urbanas que atribuem significado aos seus espaços físicos e geram discursos e imagens sobre ela. Mais do que nunca, isso se faz presente: a profusão de signos nas (e sobre as) cidades contemporâneas é visível, e uma de suas causas é a revolução tecnológica que se desenvolve desde a segunda metade do século XX.

Os artefatos tecnológicos estão presentes de forma inegável no cotidiano das cidades contemporâneas. O presente trabalho, então, surge a partir do interesse acerca do grande desenvolvimento do fenômeno urbano e da interferência que as novas tecnologias exercem sobre ele e sobre suas representações. Dentre as diversas faces dessa revolução tecnológica, foram escolhidos para a análise os discursos sediados no *ciberespaço*, numa tentativa de entender um pouco melhor como tais representações participam na construção da imagem de uma cidade.

Para o exame desses textos, optou-se pela utilização da análise de discurso como método, reconhecendo-se que tais elementos permitem uma variedade de interpretações. O sentido, nessa visão, é uma construção que depende de fatores como a posição dos sujeitos envolvidos no processo discursivo, as condições de produção do discurso, a ideologia; dessa forma, utiliza-se a análise de discurso para confrontar as representações encontradas e tentar identificar, através do que é dito, aquilo que não é dito, mas que também constitui o sentido.

Não foram, contudo, escolhidas quaisquer representações. O presente trabalho lança seu foco nas metáforas encontradas nos portais governamentais de três grandes cidades brasileiras: Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo. Mais ainda, naquelas que visam a atingir um público-alvo específico: o estrangeiro, aquele que será apresentado à cidade através do portal governamental, sem possuir prévio conhecimento das práticas espaciais do território representado.

A escolha de Porto Alegre dá-se pelo desafio do estranhamento ao objeto. Ler a cidade através de sua representação governamental exigiu, antes, um afastamento, já que é nela que as práticas do espaço deste pesquisador são executadas. Belo Horizonte foi escolhida por apresentar um portal oficial que pretende funcionar como uma vitrine: um *site* que “vende” sua cidade de forma muito intensa ao estrangeiro. Por fim São Paulo, escolhida não somente

por ser a principal megalópole da América do Sul, mas também por possuir o desafio de transpor para o *ciberespaço* um sem-número de elementos materiais (seus arranha-céus e ruas apinhadas de veículos) e humanos (seus mais de 11 milhões de habitantes).

Assim sendo, o presente trabalho se desenvolve em três partes. A primeira apresenta o referencial teórico que busca o entendimento do fenômeno urbano. Propõe-se um breve estudo que parta da origem das cidades, passe pelas suas características básicas e chegue até suas práticas espaciais e a relação destas com suas representações. Todos esses elementos estão, de uma forma ou outra, ligados à construção da imagem de uma cidade.

Na segunda parte, encontra-se o conteúdo referente ao novo modelo de cidade surgido a partir da integração das novas tecnologias com o ambiente urbano: a *cibercidade*. Esse capítulo apresenta como o novo cenário tecnológico da sociedade contemporânea age sobre os espaços urbanos tradicionais e como as cidades se transformam nesse contexto. Ainda apresenta-se o conceito de *ciberespaço* e busca-se estudar algumas formas de atuação do poder público dentro dele.

A terceira parte apresenta a análise das metáforas encontradas nos três portais escolhidos, buscando reconhecer como tais elementos são utilizados na representação das cidades e participam na construção de seus imaginários. Apresentam-se também as questões metodológicas que conduziram o processo de análise. Para cada portal, é realizada uma apresentação sintética dos elementos que o compõe, e logo em seguida apresentam-se as metáforas encontradas dentro das áreas direcionadas ao estrangeiro.

2 A CIDADE

O estudo das cidades adquire cada vez mais relevância, principalmente quando se observa o crescimento do fenômeno urbano nas últimas décadas. Grandes centros urbanos ficam ainda maiores, megalópoles vêm circular em suas ruas milhões de pessoas diariamente, prédios gigantes de concreto e aço tomam conta do cenário urbano. “No limite, esse movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo” (ROLNIK, 1988 : 12).

Mas nem sempre as cidades apresentaram o formato atual. A origem das cidades remete ao aparecimento dos zigurates, templos surgidos na região da Mesopotâmia cerca de 3000 a.C. A utilização da técnica do tijolo cozido nesses lugares permitiu uma maior liberdade para erguer construções de diversas formas, e já demonstrava o desejo do homem de agir sobre a natureza (ROLNIK, 1988). O surgimento dos zigurates anunciou uma nova relação entre os homens e o espaço ocupado por eles.

Plantar o alimento, ao invés de coletá-lo ou caçá-lo, implica definir o espaço vital de forma mais permanente. A garantia de domínio sobre este espaço está na apropriação material e ritual do território. E assim, os templos se somam a canteiros e obras de irrigação para constituir as primeiras marcas do desejo humano de modelar a natureza. (ROLNIK, 1988 : 13)

Coulanges (1961), ao referir-se às antigas cidades gregas e romanas, destaca:

Não devemos imaginar as cidades antigas de acordo com as que costumamos ver nos dias de hoje. Constroem-se algumas casas, e temos uma aldeia. Insensivelmente o número de casas aumenta, e temos a cidade; e, se for o caso, acabamos por rodeá-la por um fosso e uma muralha. (...) Fundava-se uma cidade de um só golpe, inteiramente, em um dia. (COULANGES, 1961 : s.p.)

Essa visão da cidade como lugar cercado e delimitado durou por muito tempo. Como destaca Pesavento (2002), alguns dicionários publicados entre os séculos XVII e XVIII traziam definições de cidade que davam ênfase a elementos espaciais, principalmente àqueles que remetiam à idéia de enclausuramento. “Estaríamos, portanto, diante de uma noção de cidade como espaço fechado, onde as muralhas ou o fosso é o elemento morfológico por excelência para concretizar o entendimento da urbe” (p.33). Nas cidades medievais, muralhas e fossos cumpriam funções defensivas mas, ao mesmo tempo, demarcatórias. Ou seja, além de dar abrigo aos seus habitantes, a muralha servia como uma espécie de fronteira entre dois mundos, delimitando o território considerado urbano e separando-o do espaço circundante (LE GOFF, 1972 *apud* PESAVENTO, 2002).

O desenvolvimento bélico durante os séculos XVI e XVII, contudo, fez com que esses elementos fossem, aos poucos, deixando de cumprir a sua função original. Apesar disso, eles ainda mantinham sua força no imaginário social dos habitantes. Isso porque, juntamente à sua função prática, tais elementos possuíam também um sentido simbólico; mesmo sendo demolida ou desativada, uma muralha ainda era capaz de delimitar as noções de centralidade e periferia (PESAVENTO, 2002).

Já no século XIX, a concepção da cidade como um espaço fechado começa a dar lugar a uma nova idéia de cidade, focada principalmente no movimento, influenciada pelas transformações econômicas e culturais da época: “a nova concepção de ‘cidade aberta’, apoiada no movimento e na diversidade, é expressão tanto de um processo de transformação capitalista do mundo quanto da renovação cultural trazida pelo Iluminismo” (PESAVENTO, 2002 : 38). Roncayolo (1983) destaca como o movimento ganha papel central nessa nova cidade, conduzido pelas mudanças econômicas:

Por uma referência muito simples à mecânica, tudo aquilo que está em movimento e em circulação é são; tudo aquilo que está estagnado é malsão. Circulação do ar e das águas, penetração da luz se opõe ao amontoamento, à concentração do ar viciado, à exalação da miasmas e de odores mefíticos. A linha reta reconcilia assim com o ponto de vista do embelezamento, com o da higiene e enfim com o do comércio. (RONCAYOLO, 1983 *apud* PESAVENTO, 2002 : 39)

A visão da cidade evoluiu ao longo dos séculos, e pode-se dizer que os antigos conceitos de cidade como um lugar fechado contrapõem-se radicalmente à visão atual. A cidade foi gradativamente expandindo-se, absorvendo e urbanizando seus arredores. “No início da história americana, quem se dirigia a Nova Iorque deparava-se com seus portões. Hoje esta possibilidade não existe mais: não se está nunca diante da cidade, mas quase sempre dentro dela” (ROLNIK, 1988 : 12). Ou seja, a cidade não mais se anuncia com portas e muros: praticamente não existem limites visíveis.

Nesse sentido, Virilio (1993) aponta a redução da importância da questão geográfica nas cidades contemporâneas:

Se a metrópole ainda possui uma localização, uma posição geográfica, esta não se confunde mais com a antiga ruptura cidade/campo e tampouco com a oposição centro/periferia. A localização e a axialidade do dispositivo urbano já perderam há muito sua evidência. (VIRILIO, 1993 : 9)

Para o autor, a questão espacial perde continuamente relevância, conseqüência principalmente da revolução proporcionada pelos avanços nos setores de transportes, comunicação e telecomunicação. Tais avanços rompem com as noções espaciais tradicionais. A interface da tela elimina a diferença de posição geográfica e, a partir daí, “o espaço

construído participa de uma *topologia eletrônica* na qual o enquadramento do ponto de vista e a trama da imagem digital renovam a noção de setor urbano” (VIRILIO, 1993 : 10).

Sendo as cidades tão diferentes entre si em diversas épocas e locais, poder-se-ia tentar encontrar uma característica comum para definir as cidades de qualquer tempo ou lugar? Ao buscar tal característica, Rolnik (1988) usa a imagem de um ímã, “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (p. 12). Essa característica, presente desde a origem da cidade, acompanha-a até a atualidade, e é facilmente identificável hoje nas massas que se deslocam pelas vias das grandes metrópoles mundiais.¹

Essa concentração define uma outra característica urbana: desde o seu início, habitar a cidade é, inevitavelmente, viver de forma coletiva (ROLNIK, 1988). Sendo assim, não se pode definir a cidade como obra deste ou daquele indivíduo, mas como uma construção conjunta. Nesse sentido, Lynch (1997) destaca que, mais do que um objeto percebido por milhões de pessoas, a cidade é também o produto de vários construtores que estão sempre alterando a sua estrutura pelos mais variados motivos.

O viver em coletividade, seja em grandes centros urbanos ou em pequenos vilarejos, só mostra-se possível se existir alguma forma de gestão pública. Como aponta Rolnik (1988),

mesmo numa cidade perdida nos confins da história ou da geografia há pelo menos uma calçada ou praça que é de todos e não é de ninguém, há o lixo que não pode se acumular nas ruas nem pode ser simplesmente enterrado no jardim, há a igreja ou o templo a construir e manter, enfim há sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada. (ROLNIK, 1988 : 20)

Dessa necessidade de gestão da vida pública surge um poder urbano, autoridade político-administrativa da cidade. No ambiente urbano, sempre se estabelece uma relação entre o habitante e esse poder público. A participação na vida pública da cidade vai variar de indivíduo para indivíduo, mas ela existirá sempre, mesmo que se resuma a apenas cumprir com os regulamentos estabelecidos (ROLNIK, 1988).

A mesma autora ainda destaca a estreita relação existente entre a construção de cidades e o ato de escrever. Não por acaso, ambos os fenômenos – cidade e escrita – se desenvolvem quase que simultaneamente, “impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo” (ROLNIK, 1988 : 16). Nessa cidade-escrita,

¹ Apesar da perda de evidência da característica geográfica apontada por Virilio (1993), essa concentração ainda está presente no fenômeno urbano. Conforme destaca o próprio autor, “a antiga aglomeração desaparece então na intensa aceleração das telecomunicações para gerar um novo tipo de concentração: a concentração de uma 'domiciliação' sem domicílio em que os limites da propriedade, as cercas e as divisórias são menos obstáculos físicos permanentes do que interrupções da emissão” (p. 13-14).

não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel. (...) as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto hábitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto. (ROLNIK, 1988 : 16).

Encarar a cidade como um texto, lê-la, decifrá-la, são tarefas que exigem o domínio do seu território e dos seus códigos, sua apropriação lingüística e imaginária. Esse domínio territorial passa pela transformação do *lugar*, abstrato e impessoal, em *espaço*, carregado de dispositivos simbólicos. “Em outras palavras, o espaço seria um lugar praticado” (FREIRE, 1997 : 123).

2.1 A Cidade Praticada

Mais do que vista e admirada, a cidade é um fenômeno a ser vivenciado. A paisagem urbana - suas ruas, praças, monumentos – conta muito de sua história. Assim, percorrer a cidade é também lê-la, apreender aquilo que ela apresenta.

“Estruturar e identificar o ambiente é uma capacidade vital entre todos os animais que se locomovem” (LYNCH, 1997 : 03). Em função disso, uma cidade legível pode auxiliar bastante a tarefa (por muitas vezes complexa) de orientar-se dentro dela. Conforme a definição de Lynch (1997), uma cidade com essa característica “seria aquela cujos bairros, marcos ou vias fossem facilmente reconhecíveis e agrupados num modelo geral” (p. 03).

Uma boa legibilidade serve para estruturar e identificar o ambiente, e nesse processo de orientação, Lynch (1997) define como elo estratégico a imagem mental do mundo exterior de que cada um é portador. Tal imagem será produzida tanto pela percepção imediata quanto pelas lembranças e experiências do indivíduo, e será utilizada para “interpretar as informações e orientar a ação” (p.04) dentro do espaço urbano.

A elaboração dessa imagem ambiental irá exigir uma apropriação simbólica do espaço por parte de quem percorre a cidade; tal apropriação envolve, além do reconhecimento, uma ressignificação do espaço urbano. Nesse sentido, De Certeau (1994) prega a existência de uma retórica da caminhada, aproximando a relação que há entre o ato de caminhar e o espaço urbano com aquela existente entre o ato de falar e a língua. Ele destaca que o caminhar

é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, 'contratos' pragmáticos sob a forma de

movimentos (assim como a enunciação verbal é 'alocução', 'coloca o outro em face' do locutor e põe em jogo contratos entre locutores). (DE CERTEAU, 1994 : 177)

O mesmo autor afirma que, mesmo que o projeto urbanístico possa excluir elementos urbanos não tratáveis - “os 'detritos' de uma administração funcionalista” (DE CERTEAU, 1994 : 173) - , a cidade é cada vez mais tomada por movimentos contraditórios, incontroláveis pelo poder panóptico. “Sob os discursos que a ideologizam (*a cidade*), proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossível de gerir” (p. 174).

Sendo assim, muito embora os profissionais responsáveis pelo gerenciamento do urbano (arquitetos, urbanistas, engenheiros) modifiquem o espaço urbano, e tais modificações contenham em si um projeto político, os cidadãos, consumidores desse espaço, exercem o que pode ser chamado de intervenção do cotidiano: "esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é, por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos" (PESAVENTO, 2002 : 16-17).

Essas intervenções, definidas por De Certeau (1994) como *práticas do espaço*, são reapropriações do ambiente urbano executadas pelas pessoas; elas irão ressignificar continuamente os significantes espaciais. Dessa forma, nos caminhos percorridos na cidade, o pedestre irá efetivar somente algumas das rotas existentes, determinar novos caminhos não explícitos ou proibidos pela ordem construída, ou ainda vetar a si mesmo a utilização de caminhos possíveis ou obrigatórios.

Nesse ponto, é importante destacar o conceito de deriva, trazido pela Internacional Situacionista em 1957, que, apesar da semelhança com a *flânerie* benjaminiana do século XIX, apresenta algumas distinções. Tal contraste, apresentado por Freire (1997), consiste basicamente numa atitude mais crítica daquele que deriva em relação *ao flâneur*:

Aquele que deriva não considera as coisas espontaneamente visíveis, objetos de contemplação como o flâneur, mas entende que os quarteirões por onde anda são construções sociais e, portanto, ele é capaz de “reconstruí-los”, rompendo-os, fragmentando-os com o seu caminhar. (FREIRE, 1997 : 68)

No cotidiano das cidades, diversos são os exemplos dessas “reconstruções” pedestres. Elas podem passar, por exemplo, pela renomeação dos espaços públicos, com a atribuição de nomenclaturas mais compatíveis com a experiência dos cidadãos.² Conforme

2 Para Silva (2001), tais renomeações são reflexos de “uma complicada elaboração simbólica que não se cansa de apropriar-se das coisas e tornar a nomeá-las, num característico exercício existencial-lingüístico: aquilo que eu vivo eu nomeio; sutis e fecundas estratégias de linguagem” (p. 21).

aponta Souza (2001), às vezes

é a própria população que altera o nome dos locais em função da presença de um novo referencial, ou por alterações nas redondezas ou mesmo novos apelidos. É recorrente o fato de surgir um nome especial entre os habitantes do lugar, o qual só tem a ver com a vivência dos mesmos. (...) Esses, embora nomes não oficiais, se tornam referenciais fortíssimos por serem frutos de práticas populares. (SOUZA, 2001 : 138-139)

Essas práticas populares são fruto do domínio do espaço urbano pelos seus habitantes, e determinarão uma territorialidade a esse espaço, tomando o conceito de território de Silva (2001) como sendo um espaço que possa ser denominado e percorrido física e mentalmente, materializado num jogo de operações simbólicas.

O território tem um umbral a partir do qual me reconheço. Dentro dos seus horizontes posso defini-lo como 'eu com o meu entorno'. Assim, o território vive os seus limites, e transpor essas fronteiras provoca a reação social que anuncia ao estrangeiro que está pisando nas bordas de outro espaço. (SILVA, 2001 : 18)

Ou seja, mesmo que os limites simbólicos do território nem sempre possuam um correspondente físico, real, eles existem, reforçando-se através do uso social que os membros desse território fazem dele (SILVA, 2001). O território reforça-se pela diferença e, como nem sempre possui um suporte icônico, se opõe à aparente unidade visível nos mapas. Ao contrário do país-nacional, uniforme e homogeneizado, “o território em sua manifestação diferencial é um espaço *vivido, marcado e reconhecido* como tal, em sua variada e rica simbologia” (SILVA, 2001 : 19).

Dessa forma, a cidade, enquanto espaço vivenciado, territorializa-se e ganha força no imaginário das pessoas. Como destacam Rocha e Eckert (2005), “a cidade ressurgiu enquanto manifestações expressivas dos gestos humanos que lhe fazem ascender a *status* legítimo de 'espaço habitado', graças à sua autonomia absoluta como espaço poético, repleto das histórias e das imagens a ela atribuídas” (p. 87).

Esse reconhecimento do espaço urbano como um espaço poético aponta para a importância das narrativas urbanas na construção da cidade atual. Afinal de contas, é através dessas narrativas que se poderá interpretar os fenômenos da cultura nas sociedades contemporâneas (ROCHA; ECKERT, 2005). As práticas e narrativas do espaço irão “redimensionar a cidade como objeto que realiza uma obra temporal, uma vez que seus territórios e lugares prestam-se ao enraizamento de uma experiência comunitária de constante reordenação de um viver coletivo” (ROCHA; ECKERT, 2005 : 89). É através dos discursos e imagens da (e sobre a) cidade que ela reinventa-se e carrega-se de significado.

2.2 A Cidade Imaginada

A cidade não é apenas uma grande construção erguida no espaço. Mais do que isso, a cidade é a sua imagem; é, nesse sentido, o resultado de todas as imagens individuais que as pessoas - cidadãos, estrangeiros, admiradores - constroem sobre ela. Para Virilio (1993), é impossível negar que, hoje, a cidade pertença ao domínio dos fatos da percepção.

Sendo assim, os elementos concretos que constituem a cidade são o seu registro físico, mas são também “um modo de pensar sem linguagem” (PESAVENTO, 2002 : 16). Eles têm a capacidade de evocar, na mente do observador, experiências, sensações e fatos transcorridos. Pesavento (2002) destaca que, nesse processo, ocorre uma espécie de deslocamento, já que as imagens urbanas produzem seu espaço no pensamento e são, posteriormente, traduzidas em discursos.

Se aceitamos que a relação entre coisa física, a cidade, sua vida social, seu uso e representação, suas escrituras, formam um conjunto de trocas constantes, então vamos concluir que em uma cidade o físico produz efeitos no simbólico: suas escrituras e representações. E que as representações que se façam da urbe, do mesmo modo, afetam e conduzem seu uso social e modificam a concepção do espaço. (SILVA, 2001 : XXIV)

Ou seja, existe uma relação dialética constante entre o espaço urbano e suas representações. A cidade concreta (e o uso que se faz dela) agirá sobre os discursos produzidos sobre ela, e esses discursos, por sua vez, influenciarão as práticas urbanas executadas pelos indivíduos.

Sendo essa relação uma estrada de dois sentidos, não podemos desprezar o papel da materialidade urbana na construção do imaginário, pois, como destaca Pesavento (2002), “as representações são um dos lados do real, ao mesmo tempo suportadas e gerenciadoras de práticas sociais” (p. 31-32). Contudo, o imaginário urbano apresenta-se com muita força para os cidadãos. Isso porque, para os discursos formulados sobre a cidade, não há quase impedimentos.

Se as condições históricas não permitem a realização das práticas urbanas projetadas, se a realidade social nega as sociabilidades desejadas, enfim, se a concretude da existência impõe limites à realização da cidade ideal, no plano das representações o trânsito é livre. (PESAVENTO, 2002 : 25)

Roncayolo (1990) afirma que “as imagens e discursos que dão forma e conteúdo ao espaço urbano traduzem um princípio de entendimento e organização do mundo que é, em si, produzido histórica e socialmente” (RONCAYOLO, 1990 *apud* PESAVENTO, 2002 : 32). Tais imagens e discursos irão atuar sobre os espaços urbanos, ressignificando-os. E no processo de construção do imaginário social, o que importa é essa atribuição de sentido dada,

individual ou coletivamente, ao ambiente urbano (PESAVENTO, 2002). Ao analisar os mapas na arte contemporânea, Freire (1997) aponta como esses instrumentos podem investir de significado o espaço físico.

Os mapas traduzem, muitas vezes, uma retórica do caminhar (Certeau) e reinvestem os espaços de novos sentidos. Os diagramas dessa vivência dos espaços não correspondem, entretanto, ao dado imediatamente percebido, mas à sua reconstrução através da imaginação, da memória, das fantasias de cada um. (FREIRE, 1997 : 78)

Embora a relação entre a cidade real e as representações seja dialética, Pesavento destaca que o domínio das imagens na contemporaneidade cria, numa expressão de Manzini, “um mundo que se parece” (MANZINI, 1989 *apud* PESAVENTO, 2002 : 8). Nesse sentido, as representações suplantariam a própria realidade. “Em suma, o imaginário, como sistema de idéias e imagens de representação coletiva, teria a capacidade de criar o real” (PESAVENTO, 2002 : 8). Assim, na cidade contemporânea, a relação significante-significado inverte-se, e fica difícil separar o “ser” do “parecer”. Nas palavras de Peixoto (1988), teve início uma era da produção do real, na qual o pressuposto do olhar (a realidade) tornou-se o seu resultado.

Aqui, tudo é linguagem, signo. Daí a hiper-realidade em que parece ter-se constituído a nossa realidade. Tradicionalmente, o pensamento ocidental fundou-se no princípio da representação: as imagens e concertos serviam para representar algo que lhes era exterior. Com a generalização da imagem, porém, o próprio princípio da representação deixa de funcionar. As imagens passaram a constituir elas próprias a realidade. (...) Torna-se difícil distinguir o que é real do que não é. (PEIXOTO, 1988 : 362)

A suplantação do real pelas suas representações não é, contudo, exclusividade da sociedade contemporânea. Pesavento (2002), em sua análise às representações literárias do Rio de Janeiro do século XIX, observa que a então capital brasileira apegava-se à imagem da urbanizada e moderna Paris para espelhar-se. “Adotando a idéia do 'mito de Paris' como referência emblemática para a compreensão da modernidade, temos a imagem da cidade como elemento de referência para a compreensão do todo” (PESAVENTO, 2002 : 159). Ou seja, a cidade buscou ser moderna parecendo-o, sua aproximação a Paris reduzindo-se à reprodução de *boulevards* e fachadas recorrentes no espaço urbano da capital francesa. Através de um processo metonímico, a força da representação faz com que o detalhe seja tomado como expressão do conjunto.

O fato das representações não corresponderem à realidade, mas sim ao desejo, não altera em nada a força do imaginário. Como destaca a própria autora,

sendo o imaginário social forma de representação do mundo, ele se legitima pela crença e não pela autenticidade ou comprovação. No caso, os elementos da arquitetura e do traçado urbano assumem a sua plena dimensão simbólica. A representação tradicional da cidade é afetada pelas modificações concretas do espaço público, dando margem a um processo ampliado de metaforização social.

(PESAVENTO, 2002 : 161-162)

Não pode-se, contudo, tachar tais representações de anacrônicas, deslocadas ou falsas em função do seu descompasso com a realidade, pois traduzem maneiras de sentir, pensar e ver a realidade, e podem, por vezes, assumir um caráter mais “verdadeiro” que a própria realidade (PESAVENTO, 2002).

Nesta abordagem do fenômeno urbano, entende-se a cidade como um emaranhado de signos que, no seu conjunto, formam uma identidade social e culturalmente construída (RAMA, 1984 *apud* PESAVENTO, 2002). Tomar a cidade como um coletivo de signos implica, também, abordá-la como uma pergunta a ser respondida. “A cidade é formulada como problema e é pensada e expressa como discurso e como imagem” (PESAVENTO, 2002 : 158). As representações seriam, então, respostas à cidade-problema. Como destaca Calvino (1990), em sua obra *As cidades invisíveis*: “De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas” (p. 44). A profusão de signos nas cidades contemporâneas realça ainda mais essa característica da cidade expressa como discurso.

A revolução tecnológica vivenciada nas cidades contemporâneas será um dos fatores responsáveis pelo aumento da produção de discursos sobre o fenômeno urbano; ela terá influência definitiva na vida das cidades, nas práticas sociais executadas em seus espaços e, conseqüentemente, nas suas diversas representações. Da integração entre as novas tecnologias e as cidades surge uma nova forma urbana, cujo espaço físico concorre com o espaço imaterial formado pela interconexão dos computadores. Esse novo modelo urbano é denominado *cibercidade*.

3 CIBERCIDADE

É inegável que a sociedade passa por uma verdadeira revolução tecnológica, e que essa revolução exerce sua interferência nas cidades e no ambiente urbano como um todo. Hoje, é possível comunicar-se globalmente com um telefone celular, fazer compras e movimentações bancárias através de um computador pessoal ou ler notícias em tempo real em um *laptop*, conectado à Internet através de uma rede *wireless*. As novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) estabelecem uma outra dinâmica à cidade contemporânea, principalmente se levarmos em conta que as cidades desenvolvem-se em relação às redes técnicas e sociais. “Hoje, dentro desta perspectiva, temos à nossa disposição uma nova rede técnica (o ciberespaço) e uma nova rede social (as diversas formas de sociabilidade on-line), configurando as cidades contemporâneas. A cidade muda ao ritmo das mudanças técnicas e sociais” (LEMOS, 2004 : 20).

As NTICs integradas ao ambiente urbano possibilitam uma profunda alteração das práticas sociais realizadas na cidade. Ao estabelecerem uma outra dinâmica a esse ambiente, tais tecnologias irão gerar mudanças também na imagem percebida da cidade, já que os conceitos de prática e de imagem não podem ser entendidos separadamente. “A cidade está se transformando na velocidade das trocas informacionais planetárias, modificando o próprio imaginário das cidades” (LEMOS, 2004 : 19).

Mitchell (2001) utiliza três analogias para mostrar o potencial de mudança que as novas tecnologias apresentam. O autor compara as mudanças trazidas pela revolução tecnológica com as profundas transformações ocorridas em função dos encanamentos (que eliminaram do antigo poço a capacidade de reunir as pessoas), da eletricidade (que fez com que a lareira perdesse sua característica de reunir a família) e da escrita (responsável por descentralizar o conhecimento e pluralizar o seu acesso). Nessas analogias, fica evidente a visão do autor acerca do potencial transformador que as NTICs carregam.

Assim sendo, as NTICs integram-se à vida urbana, ampliando as possibilidades de uso do espaço urbano. A integração entre essas tecnologias e a cidade material irá alterar a percepção do ambiente urbano tradicional: “La ciudad, tal como la entendieron los teóricos urbanos desde Platón y Aristóteles hasta Lewis Mumford y Jane Jacobs, ya no es capaz de mantener su cohesión ni de cumplir su función como ocurría anteriormente. Es a causa de los

bits; ellos la han matado” (MITCHELL, 2001 : 7)³.

Na verdade, a cidade tradicional não morreu, mas sofreu profundas alterações nas suas dinâmicas. As NTICs reestruturaram o cenário urbano e, conseqüentemente, a sociedade como um todo. Neste ponto, é importante destacar o conceito de Castells (1999) acerca dessa nova sociedade, que o autor define como uma *Sociedade em Rede*.

3.1 A Sociedade em Rede

Castells (1999), em sua obra *A Sociedade em Rede*, analisa de forma profunda as novas dinâmicas sociais surgidas a partir das NTICs. O autor afirma que está ocorrendo uma revolução tecnológica concentrada nessas tecnologias, e que essa revolução está reestruturando rapidamente a base material da sociedade.

Nessa reestruturação, as redes telemáticas exercem papel fundamental. “As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela” (CASTELLS, 1999 : 22). Assim, se estabelece uma nova dinâmica urbana, centrada nos fluxos de informação que trafegam por tais redes. Os fluxos de informação permitem o estabelecimento de uma *Sociedade em Rede*.

Essa sociedade está estruturada em um sistema interconectado de relações que é capaz de defini-la social, política e economicamente. Nessa sociedade, surge uma nova lógica espacial, definida pelo autor como *espaço de fluxos*, contrastando com a organização tradicional do espaço, à qual o autor se refere como *espaço de lugares*.

(...) nossa sociedade está construída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos da informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. (...) Assim, proponho a idéia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos. O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. (CASTELLS, 1999 : 436)

Para o autor, essa *Sociedade em Rede* também afeta a noção de tempo, em função das características da simultaneidade e da intemporalidade. O autor defende que a instantaneidade

³ Tradução do autor: “A cidade, tal como entenderam-na os teóricos urbanos desde Platão e Aristóteles até Lewis Mumford e Jane Jacobs, já não é capaz de manter sua coesão nem de cumprir sua função como ocorria anteriormente. A causa são os bits; eles a mataram”.

da informação e a intemporalidade do hipertexto, possíveis através do espaço de fluxos, estabelecem uma nova organização do tempo, condicionada ao contexto social de sua utilização, denominada pelo autor como *tempo intemporal*. Na definição de Castells, este *tempo intemporal* “ocorre quando as características de um dado contexto, ou seja, o paradigma informacional e a sociedade em rede, causam confusão sistêmica na ordem sequencial dos fenômenos sucedidos naquele contexto” (CASTELLS, 1999 : 489).

Apesar dessa nova dinâmica espaço-temporal possibilitada pela revolução das NTICs, o autor rejeita qualquer tendência que indique um suposto determinismo tecnológico. Assim como a sociedade não é capaz de escrever o curso da transformação tecnológica, a tecnologia também não tem a capacidade de determinar a sociedade. Castells afirma que “o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas” (CASTELLS, 1999 : 25).

A propósito dessa questão, Levy (1999) define como inadequado falar do “impacto” das NTICs na sociedade. Para o autor, tal metáfora aproxima a tecnologia a um projétil, e a sociedade a um alvo vivo.

As técnicas viriam de outro planeta, do mundo das máquinas, frio, sem emoção. estranho a toda significação e qualquer valor humano, como uma certa tradição de pensamento tende a sugerir? Parece-me, pelo contrário, que não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso pelo homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal. (LEVY, 1999 : 21)

Nessa *Sociedade em Rede* de Castells, fica claro o papel central exercido pelas redes telemáticas, que modificam tanto as dinâmicas urbanas quanto a imagem percebida da cidade. A interconexão mundial dos computadores cria um ambiente imaterial, digital, por onde a informação trafega, e que pode ser chamado de *ciberespaço*.

3.2 O Ciberespaço

Levy (1999) define como *ciberespaço* o novo meio de comunicação surgido da interconexão mundial dos computadores, que envolve “não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LEVY, 1999 : 17). Ou seja, o *ciberespaço* é toda a complexa rede formada a partir de computadores, informação e usuários desses novos sistemas.

O termo *ciberespaço* foi cunhado por William Gibson em sua obra *Neuromancer*. Segundo Lemos (2002), para o autor, “o ciberespaço é um espaço não-físico ou territorial composto por um conjunto de redes de computadores através das quais todas as informações (sob as suas mais diversas formas) circulam” (LEMOS, 2002 *apud* REYES, 2004). O *ciberespaço* aproxima-se, assim, do *espaço de fluxos* proposto por Castells, já que é um ambiente formado pela interconexão de computadores e por onde a informação circula de diversas maneiras.

Ainda no plano conceitual, Echeverría (2000) apresenta a definição de *terceiro entorno*, que é um espaço somente acessado pelos computadores, “informacional, representacional, comprimido, assentado no ar, com mobilidade eletrônica, bissensorial, digital” (ECHEVERRÍA, 2000 *apud* REYES, 2004). Este *terceiro entorno* é uma terceira camada, sobreposta a outras duas, que são a natureza (a primeira) e a cidade (a segunda).

É possível, assim, depreender uma certa coerência em como o *ciberespaço* é concebido pelos diversos autores. Para todos eles, fica claro, este é um ambiente gerado a partir da interconexão dos computadores, um espaço de fluxo de informações que, apesar de sua característica puramente digital, não ocorre em paralelo à realidade, mas sim imbricado com ela. Esta interrelação irá modificar não só as práticas sociais no espaço urbano, mas também a forma como a cidade será percebida.

Da relação entre o *ciberespaço* e a materialidade do espaço da cidade surge uma nova dinâmica urbana que, antes de propor-se como uma cidade completamente nova, é uma cidade híbrida, múltipla. “Não está em pauta aqui o abandono da cidade física pela cidade virtual, mas propiciar a sinergia entre o espaço de fluxos planetário e o espaço de lugar das cidades 'reais'” (LEMOS, 2004 : 21). A esse novo fenômeno urbano dá-se o nome de *cibercidade*.

3.3 As Cibercidades

Dentre os diversos projetos que visam a integrar o espaço urbano com as NTICs, estão as *cibercidades*. Ao buscar uma definição para esse conceito, Lemos (2000) destaca que as *cibercidades* “não se constituem em paisagens, mas estão mais próximas de planos e mapas por serem descrições digitais das cidades reais”. O autor aponta que uma *cibercidade*, por sua imaterialidade, nunca poderia ser o que são as cidades contemporâneas, e que por isso mesmo

o objetivo de uma cibercidade não seria substituir a cidade real pela descrição de

seus dados, mas insistir em formas de fluxos comunicacionais e de transporte através da ação à distância (característica das redes telemáticas). Ela deve reivindicar ser uma 'narrativa' da cidade e não sua transposição literal ou espacial. (LEMOS, 2000 : 3-4)

Dessa forma, a *cibercidade* é uma nova concepção do urbano, que assume a interrelação entre NTICs e o cotidiano das cidades. Mitchell (2001) também destaca que esta nova dinâmica, ao invés de tomar seu lugar, se sobrepõe ao espaço material das cidades tradicionais:

Los edificios, barrios, pueblos y ciudades que surgen de la revolución digital que se está desarrollando conservarán mucho de lo que nos es familiar actualmente. Pero, superpuesta a los residuos y a los remanentes del pasado, (...) existirá una estructura global de conexiones de telecomunicaciones de alta velocidad, lugares inteligentes y aplicaciones informáticas cada vez más indispensables. (MITCHELL, 2001 : 12)⁴

Assim, a interferência das NTICs no ambiente urbano não resulta numa virtualização completa da realidade. “Ao contrário do que se pensava, as telecomunicações avançadas não acabaram com as premissas convencionais de escolha da localização dos centros comerciais, financeiros e de negócios, como também, tampouco deixaram de induzir o desenvolvimento de formas urbanas de alta densidade” (LISSONGER; RODRIGUES, 2004 : 259). Ou seja, essa nova dinâmica urbana contraria o imaginário utópico, surgido nos primeiros anos de expansão da internet, de dissociação entre o elemento material e sua representação no ciberespaço (PILLAR, 2006).

O ciberespaço só existe se estiver apoiado na realidade das materialidades cotidianas. Por outro lado, essa realidade não tem mais a mesma funcionalidade se estiver apartada do digital. A relação se estabelece em um movimento duplo de contingência. E, além de duplo, manifesta-se em um plano simultâneo. A realidade cotidiana dá suporte material ao ciberespaço, e este, ao mesmo tempo, amplia as possibilidades experienciais dela. (REYES, 2004 : s.p.)

Levy (1999) define quatro categorias para os projetos já existentes em termos da relação entre cidade e ciberespaço. Seriam (1) as analogias da cidade real para construir a cidade virtual; a (2) substituição das funções da cidade clássica em detrimento àqueles do ciberespaço; a (3) assimilação do ciberespaço pela cidade tradicional; e a (4) articulação entre o urbano e o ciberespaço. Para o autor, das quatro categorias, apenas a última apresenta condições de se desenvolver com mais sucesso, permitindo uma integração maior entre o espaço urbano e as diversas possibilidades abertas pelas novas tecnologias.

Articular os dois espaços não consiste em eliminar as formas territoriais para substituí-las por um estilo de funcionamento ciberespacial. Visa antes compensar, no que for possível, a lentidão, a inércia, a rigidez indelével do território por sua

4 Tradução do autor: “Os edifícios, bairros, vilas e cidades que surgem da revolução digital que está ocorrendo conservarão muito do que nos é familiar atualmente. Mas, sobreposta aos resíduos e aos remanescentes do passado, (...) existirá uma estrutura global de conexões de telecomunicações de alta velocidade, lugares inteligentes e aplicações informáticas cada vez mais indispensáveis”.

exposição em tempo real no ciberespaço. Visa também permitir a solução e, sobretudo, a elaboração dos problemas da cidade por meio da colocação em comum das competências, dos recursos e das idéias. (LEVY, 1999 : 195)

Ou seja, tais tecnologias permitem novas formas de utilização e apropriação do espaço público. Dessa maneira, podem ser gradativamente incorporadas à vida urbana, permitindo o resgate da cidadania e o re-estabelecimento do espaço público. Lemos (2006), assim como Levy, também divide em quatro categorias as experiências de *cibercidades*, sendo elas: (1) projetos governamentais, privados ou do terceiro setor que criam uma representação de uma determinada cidade no *ciberespaço*; (2) projetos de infra-estrutura, que disponibilizem um certo tipo de acesso e/ou tecnologia a uma determinada área, com o objetivo de criar interfaces do espaço eletrônico com o espaço físico; (3) sistemas de modelagens 3D, para a criação de modelos e simulações de áreas urbanas, a fim de auxiliar no seu planejamento; e (4) as “cibercidades metafóricas”, que seriam cidades virtuais sem um correspondente real – *sites* que utilizam a metáfora da cidade para organizar a informação e o acesso dentro de seu domínio. Consoante aos conceitos de Aurigi e Graham (1998 *apud* LEMOS, 2006), os três primeiros tipos aqui apresentados seriam “*gounded cybercities*” (cibercidades que refletem um espaço urbano real), ao contrário da quarta categoria, cujos exemplares poderiam ser classificados como “*non-gounded cybercities*”.

Ao contrário de Levy, Lemos não descarta nem ressalta nenhuma dessas categorias, observando que todas elas destacam a compreensão da *cibercidade* como uma forte relação entre as cidades e as NTICs, e que

trata-se de um conceito que visa colocar o acento nas novas tecnologias de comunicação e informação em interface com o espaço urbano, seja para promover vínculo social, inclusão digital, informações aos cidadãos, produção de dados para a gestão do espaço, aquecimento das atividades políticas, culturais e econômicas. (LEMOS, 2006 : s.p.)

Com essa nova relação que se estabelece entre o ambiente *ciberespacial* e a cidade material, é impossível deixar de destacar a questão da territorialidade. Lemos (2007) critica as visões correntes da *cibercultura* que apostam nas NTICs como ferramentas que possam acabar com o espaço geográfico, as cidades e as fronteiras. O autor argumenta que a desterritorialização permitida pelo ambiente *ciberespacial* é sempre seguida de uma reterritorialização. “A dinâmica da sociedade se estabelece mais por movimentos de fuga do que por uma essência imutável das coisas. O que interessa são os processos, dinâmicas des-territorializantes que marcam o social. Desterritorializações e reterritorializações são processos interligados” (LEMOS, 2007 : 4). Nesse sentido, o *ciberespaço*, ao mesmo tempo que permite desterritorializações em diversos âmbitos (econômico, político, cultural), também

abre espaço para estruturas reterritorializantes: “Os meus *blog, site, chats, podcast*, rede P2P, são reterritorializações, formas de controle do fluxo de informações em meio ao espaço estriado que constitui o ciberespaço planetário” (LEMOS, 2007 : 6).

A *cibercidade* aparece, então, como uma nova dinâmica urbana, repleta de possibilidades a serem exploradas por diversos atores sociais. Castells (1999) aponta que embora a sociedade não determine a tecnologia, ela pode, principalmente através do Estado, sufocar seu desenvolvimento ou incentivar um processo de modernização capaz de “mudar o destino das economias, do poder militar e do bem-estar social em poucos anos” (p. 26). O autor reforça esta idéia, afirmando que

o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados. Em grande parte, a tecnologia expressa a habilidade de uma sociedade para impulsionar seu domínio tecnológico por intermédio das instituições sociais, inclusive o Estado. O processo histórico em que esse desenvolvimento de forças produtivas ocorre assinala as características da tecnologia e seus entrelaçamentos com as relações sociais. (CASTELLS, 1999 : 31)

A importância do Estado neste processo de desenvolvimento tecnológico coloca-o como elemento central na incorporação das NTICs ao espaço urbano. Neste sentido, uma das ferramentas mais utilizadas pelas autoridades no ambiente *ciberespacial* é a elaboração de portais governamentais, também conhecidos como cidades digitais, cujo intuito é o de estabelecer uma representação da cidade e do poder público no ciberespaço.

3.4 O Estado e o Ciberespaço

A integração entre as NTICs e o ambiente urbano é cada vez maior, alterando tanto as formas de ocupar e planejar tal espaço quanto as articulações sociais nesse mesmo ambiente e suas relações com os centros de poder. (LEMOS *et al*, 2004). Com a interrelação entre o *espaço de fluxos* (CASTELLS, 1999) e o espaço da cidade material, instaura-se uma nova dinâmica urbana, na qual o fluxo de informações é cada vez mais valorizado.

A informação torna-se recurso indispensável para o funcionamento dos espaços urbanos e das relações sociais. Sabendo que não pode se manter à margem dessa transformação, com risco de perder credibilidade e diminuir sua autoridade, os governos se articulam às novas tecnologias da comunicação e da informação. (...) A Internet, dentre as tecnologias da atualidade, se destaca na implantação desta reforma, por criar uma rede de conexão global e reunir recursos como multimídia, interatividade, imediatividade e memória (banco de dados). (LEMOS *et al*, 2004 : 3-4)

Apesar disso, a utilização governamental do *ciberespaço* está abaixo das

potencialidades que esse ambiente apresenta, normalmente limitando-se à elaboração de portais na Internet, com informações e serviços. Lemos *et al* (2004) apresentam algumas conclusões da pesquisa de Pinho e Akutsu, que apontam que “aos portais oficiais faltam interatividade com os cidadãos e prestação de contas (...). Prevalece a oferta de informações gerais sobre cada órgão e algumas facilidades no pagamento de tributos” (p. 5). Ou seja, as cibercidades limitam-se a serem meras representações idealizadas, veículos para propaganda e serviços, “paródias assépticas de suas cidades bases” (LEMOS, 2000 : 15). Ao apresentar dados de pesquisa semelhante realizada em Portugal, o autor destaca que a subutilização do potencial do *ciberespaço* é uma realidade global.

O *ciberespaço* apresenta potencial para revigorar os espaços públicos, através da possibilidade de estabelecer redes sociais e uma maior participação dos cidadãos. Contudo, tal potencialidade só poderá se realizar plenamente quando houver a universalização do acesso à rede. E essa universalização não passa somente pelas limitações tecnológicas.

De um patamar inicial que enfatizava apenas (ou principalmente) os obstáculos tecnológicos para a concretização do acesso, passou-se a considerar, com mais frequência e veemência, os obstáculos de cunho socioculturais, que poderíamos denominar de “questões de uso” (alfabetização *stricto sensu* e digital; disponibilidade de tempo; capacidade diferencial de buscar, selecionar e utilizar informações, etc.) e que se colocam para além das limitações puramente econômicas de acesso físico a terminais por parte dos usuários potenciais. (PALACIOS, 2004 : 143)

Ou seja, quando fala-se que a cibercidade se apresenta na integração entre o espaço material da cidade e o ciberespaço, os problemas que tal estrutura urbana enfrenta também passam pelos dois âmbitos. Lemos (2004), ao propor a cidade como um modelo de inteligência coletiva, utiliza os conceitos de Levy para afirmar que o desenvolvimento da inteligência coletiva se dá a partir da valorização dos capitais social, intelectual, cultural e técnico. Sendo assim, o capital técnico é um fator condicionante, mas não determinante: “vários projetos atuais apontam apenas para a criação de uma vasta estrutura técnica como se, por si só, ela pudesse criar as sinergias sociais necessárias. (...) O capital técnico é condicionante, mas não pode ser implementado sem a valorização dos outros três capitais” (LEMOS, 2004 : 25).

Além da questão da universalização do acesso, Palacios (2004) irá destacar a importância do “Planejamento Participatório” das cidades digitais, considerando as especificidades de cada cidade e atendendo às demandas da população, numa contínua auscultação de seus cidadãos.

Isso implica, é claro, que uma Cidade Virtual deve não somente ser planejada “de

baixo para cima”, com um envolvimento da coletividade desde as primeiras etapas de sua implantação, mas também que ela deve ser monitorada continuamente em seu funcionamento e desenvolvimento, por meio da escuta e da ausculta da população, quanto a suas demandas e expectativas. (PALACIOS, 2004 : 134-135)

Ao assumir a cibercidade como uma coletividade, entende-se que os projetos de cidades virtuais devam estar centrados na população e no uso que ela fará do sistema proposto. Palacios destaca, neste sentido, o que ele define como “questões de demanda e motivação”. Conforme o próprio autor aponta, “além de ter garantido acesso físico a um terminal, o cidadão tem que saber operá-lo eficientemente, mas talvez acima de tudo tem que 'querer' operá-lo” (PALACIOS, 2004 : 143).

O “querer” de que fala Palacios é fator fundamental para o desenvolvimento de projetos de integração entre o ciberespaço e as cidades. O envolvimento da população junto a tais projetos permite a modificação da imagem do próprio ambiente urbano, enquanto a sua não-participação inviabiliza toda e qualquer possibilidade de reaquecimento dos espaços públicos, já que estes espaços só podem ser revigorados pelas práticas sociais executadas dentro deles.

A utilização das NTICs no resgate do espaço público junto à população passa, também, pela transformação do imaginário acerca dos diversos territórios que compõem o espaço urbano. Portanto, mesmo que o potencial do ciberespaço esteja sendo subutilizado pelas administrações públicas, os portais governamentais apresentam-se como “vozes oficiais” das cidades representadas, produzindo discursos que influenciarão na construção de seu imaginário.

4 ANÁLISE DOS PORTAIS

Conforme já foi destacado no decorrer do trabalho, os discursos produzidos sobre a cidade são grandes influenciadores na formação do imaginário urbano, seja reforçando as visões pré-existentes, seja contestando-as e apresentando novas formas de ver, sentir e entender a cidade como fenômeno da contemporaneidade. Nesse sentido, os portais governamentais, enquanto vozes oficiais das suas cidades, podem ser, além de um potencial canal de comunicação entre o poder público e sua comunidade, um importante “cartão de visitas” para qualquer cidade.

Na análise de Marketing de Lugares proposta por Kotler *et al* (2006), os autores destacam que “a criação de uma imagem forte (*de um lugar, uma cidade*) é parte de todo o processo de marketing. A imagem deve ser atraente, mas precisa refletir as qualidades reais e críveis que o lugar possui” (p. 199). Embora a presente análise não se proponha a ter um foco mercadológico, é importante apontar que, mesmo nesse sentido, entende-se a construção da imagem de uma cidade como um processo complexo, com diversas variantes.

O método escolhido para a realização do presente estudo é a análise de discurso, e justifica-se pelo reconhecimento dos discursos como objetos não-transparentes de análise, sujeitos a uma multiplicidade de interpretações. “Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem” (ORLANDI, 2005 : 26). Dessa forma, utilizando a metodologia proposta por Orlandi (2005), esta análise busca entender como as representações urbanas nos portais governamentais ganham significado, alimentando a construção da imagem das cidades representadas.

Na análise aqui realizada, então, entende-se que a compreensão dos discursos encontrados nos *sites* oficiais será influenciada, dentre outros fatores, pelas suas condições de produção (o atual contexto urbano), pelas posições dos sujeitos envolvidos nesse processo discursivo (a administração pública e o estrangeiro) e pela ideologia, que Orlandi (2005) irá estabelecer como condição para a constituição dos sentidos, já que “os sentidos sempre são determinados ideologicamente” (p. 43). Não há sentido sem interpretação, e não há interpretação que não seja influenciada pela ideologia.

A presente análise é focada nas metáforas urbanas presentes nas áreas relativas às informações turísticas dos portais governamentais. A escolha da metáfora como objeto de

análise dá-se pela sua relevância dentro do método escolhido. Orlandi (2005) afirma que as palavras não possuem sentido próprio; ele depende da formação discursiva na qual elas estão inscritas. Na análise de discurso, portanto, são as metáforas que estabelecem o modo como as palavras significam. Caride (2001) também expõe a importância das metáforas ao estudá-las na história do urbanismo em Buenos Aires: as metáforas urbanas apresentadas nos planos e estudos urbanos para a cidade eram utilizadas “para transmitir uma idéia-síntese de cidade no momento de comunicar um diagnóstico ou uma proposta determinada” (p. 41).

A escolha das áreas voltadas ao turista justifica-se pelo fato de seus aspectos serem distintos do restante do *site*; tal área deve abordar a cidade com uma linguagem voltada não ao cidadão, já familiarizado aos elementos de sua cidade, mas ao estrangeiro, à pessoa que não reconhece na cidade apresentada seu próprio território. Para esse ator, a recepção das representações da cidade não estará influenciada pelas práticas sociais elaboradas no espaço urbano correspondente; “aquele que não é do lugar, que acabou de chegar, é capaz de ver aquilo que os que lá estão não podem mais perceber. (...) Ele é capaz de olhar as coisas pela primeira vez e de viver histórias originais” (PEIXOTO, 1988 : 363). Assim, analisar as metáforas do urbano sob a ótica do estrangeiro pode trazer à tona determinadas visões que o cidadão, praticante do espaço urbano, não é mais capaz de enxergar.

É pertinente destacar também o método de análise utilizado por Canevacci (2004) para analisar a comunicação urbana na cidade de São Paulo: o perder-se urbano. O autor estabelece que tal método é possível com a condição

de ter prazer nisso (*em perder-se*), de aceitar ser *estrangeiro, desenraizado e isolado*, antes de se poder reconstruir uma nova identidade metropolitana. O desenraizamento e o estranhamento são momentos fundamentais que – mais sofridos do que predeterminados – permitem atingir novas possibilidades cognitivas. (CANEVACCI, 2004 : 15)

Em analogia ao perder-se urbano de Canevacci, a proposta aqui é a de perder-se nos portais governamentais; navegar pelas páginas direcionadas ao estrangeiro e, através da análise de discurso, compreender como as principais metáforas utilizadas pelas administrações municipais constroem sentido, significam e alimentam o imaginário urbano.

4.1 Porto Alegre

O *site* oficial de Porto Alegre (www.portoalegre.rs.gov.br) apresenta-se com quatro áreas visuais bem definidas: o cabeçalho, o menu direito, o menu esquerdo e a área central (figura 1).



Figura 1: Página inicial do site oficial da cidade de Porto Alegre

No cabeçalho, além do logotipo da administração municipal e de imagens da cidade (uma ilustração do prédio da prefeitura e quatro fotos da cidade que são alteradas a cada acesso ao portal), pode-se encontrar um menu de acesso rápido para informações sobre a cidade, um link Turismo, um link Mapa POA, um link Webcam e um campo de busca.

O menu esquerdo compõe-se de duas partes. A primeira (caracterizada pela cor laranja) é um menu governamental, estruturado conforme as instâncias administrativas (O Governo, Secretarias, Departamentos e Empresas, todos contendo links para *sites* de órgãos da administração municipal). A segunda, abaixo, em tons de verde, apresenta-se como Portal do Cidadão, com serviços para os moradores da cidade (Licitações, Solicitações de Serviços, Água, Alvarás, Concursos, Fazenda, ISSQN, IPTU, Planejamento Urbano, Processos Prefeitura e Transportes).

A área central é destinada exclusivamente a notícias referentes à administração,

apresentando sempre uma notícia no topo, em destaque, composta por chamada, imagem e texto de apoio; duas notícias em destaque, logo abaixo, somente com chamada e texto de apoio; e outras cinco notícias mais abaixo, apenas com a chamada.

O menu direito apresenta também duas partes: uma superior, com link para o Mapa do Site e com informações para Contato (endereço da prefeitura, um link Telefones Úteis e um link E-mail) e outra inferior, denominada Especiais, com banners de diversos projetos da prefeitura.

Podemos identificar nessa divisão inicial uma proposta de territorialização, ao apresentar ao estrangeiro um espaço diferenciado em relação ao restante do *site* (Turismo). Apesar de não dirigir-se explicitamente a um determinado público, o *site* parece falar com o cidadão porto-alegrense, principalmente considerando a não-identificação das fotos no topo, bem como o destaque maior dado aos serviços em relação à apresentação da cidade.

Ao clicar no link Turismo, chega-se no *site* a seguir (figura 2), onde concentram-se muitas das narrativas que irão falar sobre a cidade, intencionalmente buscando construir um imaginário positivo acerca dela. Podemos afirmar que é a partir daí que o estrangeiro irá se apropriar das representações elaboradas pela administração municipal e reforçar (ou reavaliar) o seu imaginário sobre a cidade.

Este setor do *site*, destinado ao turista, é visualmente muito parecido com o portal principal. O cabeçalho, mais simples, apresenta apenas a logomarca da administração municipal, as imagens já citadas e a identificação Turismo, tendo abaixo a assinatura do Escritório Municipal de Turismo. O menu da lateral esquerda irá guiar o visitante no *site*, e está estruturado em itens temáticos (Porto Alegre, Serviço de Atenção ao Turista, O que fazer, Onde se hospedar, Onde Comer, Onde Comprar, Calendário de Eventos, Informações Úteis, Escritório de Turismo, Locais para Eventos, Espaços Culturais, Agenda da Secretaria e Informativo Estatístico do Turismo); a coluna central possui no topo uma imagem de algum ponto turístico da cidade (a cada acesso, troca-se a imagem exibida) e seis notícias listadas logo abaixo, apenas com a chamada; à direita, um campo de busca, um link para o Mapa do Site, outro para o Portal do Cidadão (que conduz à página inicial), uma lista de informações de contato da Secretaria Municipal de Turismo (com endereço, três telefones para contato e um link E-mail) e banners de iniciativas relacionadas ao turismo na cidade.

Já na estrutura do menu da lateral esquerda, nota-se claramente a intenção informativa do *site*, reforçando as observações de Lemos *et al* (2004) quanto à predominância

de oferta de informações em portais governamentais. Ao acessar o menu Porto Alegre > A Cidade, é possível identificar uma primeira metáfora utilizada para definir a cidade: “Porto Alegre tem o corpo de uma metrópole, o espírito cosmopolita e **a alma de uma província**” (*grifo do autor*). Ou seja: a cidade, já de início, apresenta-se como uma província com cara de cidade grande.

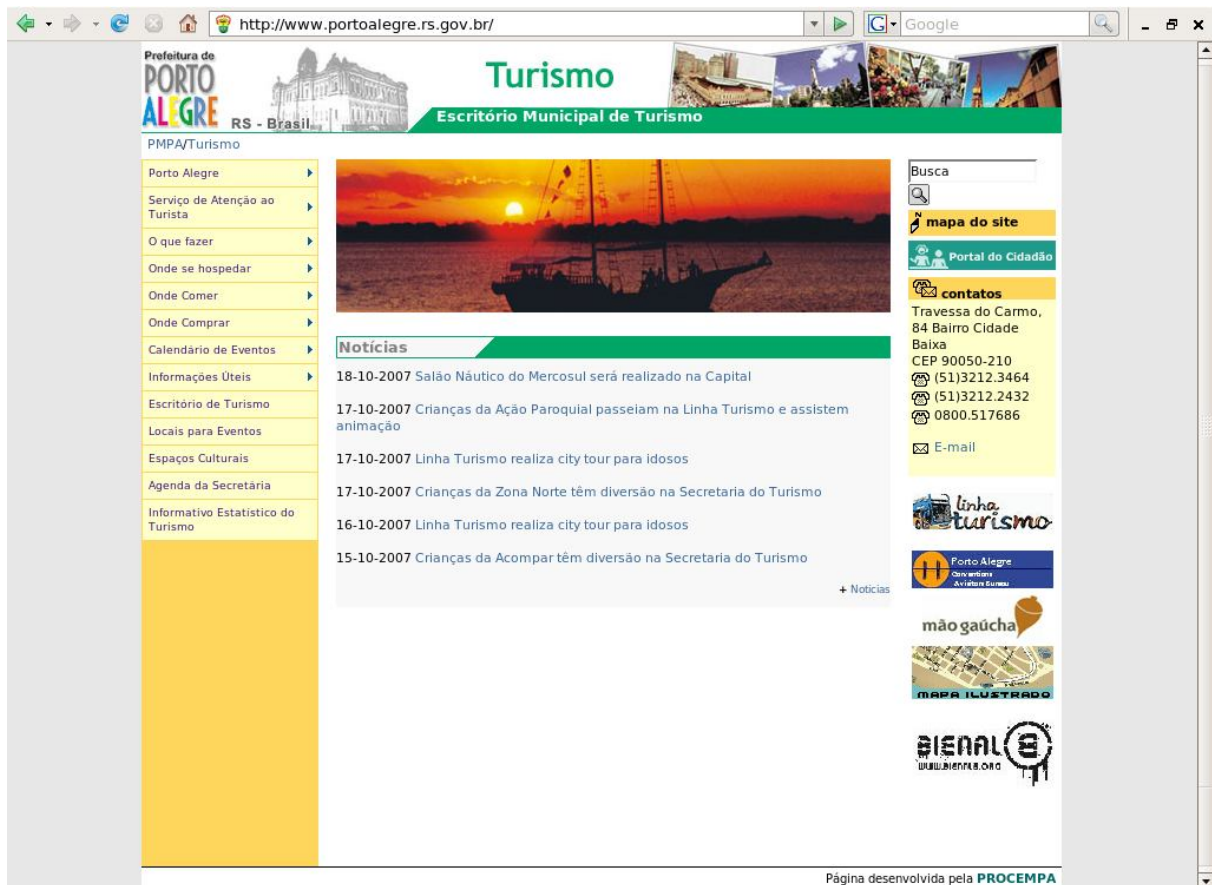


Figura 2: Área *Turismo* do site oficial da cidade de Porto Alegre

O texto prossegue, reforçando tal visão: “Quem nas ruas de Porto Alegre circula, espanta-se com a perenidade de sua vegetação, de seus morros e lago; deleita-se com a perdurância de seus prédios históricos - guardiões de memórias - e admira-se com a frequência dos encontros nas calçadas”. Cada vez mais, a imagem transmitida é a de uma cidade interiorana, muito mais voltada ao seu passado. Na continuação, o elemento urbano é trazido à tona, mas sem a força dos elementos anteriores: “Agrega-se a esse cenário, onde o tempo parece ter parado, **o vai-e-vem acelerado da cidade**; a arquitetura ícone da modernidade e a heterogeneidade cultural - atributos da estética dos grandes centros urbanos” (*grifo do autor*).

Fica claro que Porto Alegre se apresenta como uma grande cidade, mas com “alma” de província. Uma imagem provinciana, contudo, não parece condizer com a urbanidade característica do século XXI; tal visão vai de encontro ao processo de urbanização generalizada destacada por Rolnik (1988), cuja tendência é tornar a sociedade urbanizada como um todo. Além disso, conforme definição do Dicionário Eletrônico Houaiss (2001), além do sentido denotativo de *provinciano* (“relativo ou pertencente à província”), há outro sentido, pejorativo: “atrasado, de mau gosto, superado, sem elegância e sofisticação”. Ou seja: a dubiedade apresentada pelo termo pode prejudicar o bom entendimento da mensagem desejada pela administração municipal.

Outra metáfora para a cidade é encontrada no menu Porto Alegre > Distâncias. Aqui, ela é representada como uma metrópole privilegiada: “ponto estratégico dentro do Mercosul, é centro geográfico das principais rotas do Cone Sul, equidistante tanto de Buenos Aires e de Montevideú, quanto de São Paulo e do Rio de Janeiro”. Mesmo assim, mais à frente ela é referida como “a capital dos gaúchos”, uma referência territorial que vai de encontro à visão global apresentada pouco antes.

4.2 Belo Horizonte

O portal oficial de Belo Horizonte (www.belo Horizonte.mg.gov.br) possui 4 áreas visuais, sendo elas: o cabeçalho, colunas à esquerda e à direita e uma área central maior que o restante (figura 3).

No cabeçalho, podemos observar, em destaque, centralizada, a frase “Belo Horizonte Para Você” e o menu principal, composto pelos itens A Cidade, Onde Ficar, Entorno de BH, Serviços, Em Destaque e Mande Notícias. À esquerda, vemos as opções de idiomas (inglês e espanhol) no topo e, abaixo, a logomarca do órgão de turismo da administração municipal (Belotur). À direita, a logomarca da administração municipal (Prefeitura BH), com um link para o portal da prefeitura.

Abaixo, na coluna da esquerda, um menu intitulado A Passeio, com links para cinco atrações da cidade (Pampulha, Praça da Liberdade, Centro, Mangabeiras e BH para criança), e um box com mais cinco opções de atrações, temáticas (Espaços culturais, Compras, Gastronomia, Museus e Praças e Parques). Abaixo desse menu, um banner escolhido aleatoriamente convida o visitante a conhecer alguns pontos da cidade (dentre os identificados, estão: Visite a Pampulha, Visite nossos parques e Conheça a Fundação Zôo-

Botânica).



Figura 3: Página inicial do site oficial da cidade de Belo Horizonte

À direita, um quadro de Notícias e, abaixo deste, um quadro de eventos intitulado Agenda. Ambos possuem links para ter acesso a mais notícias e mais eventos, respectivamente.

Na coluna central, em destaque, aparece uma imagem de algum ponto turístico da cidade (alterada a cada acesso ao portal), sempre acompanhado da seguinte frase, do atual prefeito Fernando Pimentel: “Caminhar pela cidade. Sentir sua pulsação nas ruas, no Mercado Central, na Savassi, nos bairros, nas praças e parques. O vigor dos jovens, a sabedoria dos mais velhos. Dois milhões e duzentos mil motivos para gostar de BH”.

Já na capa, ao encontrar expressões como “Para você” e dicas de Onde Ficar, fica claro qual é o seu público principal: o estrangeiro, o visitante, o turista. Outras observações podem reforçar essa idéia, como as diversas opções de roteiros turísticos no restante do estado de MG (Entorno de BH), ou então as informações de moeda corrente, idioma oficial e estação do ano que encontram-se, centralizadas, logo abaixo do cabeçalho. Nesse caso, a territorialização ocorre em favor do estrangeiro, já que é o espaço determinado ao cidadão belo-horizontino (com serviços e informações destinadas a ele) que está acessível através de

um link separado - o Prefeitura BH. Outro aspecto a ser destacado nesse sentido é o link Serviços, que oferece opções de serviços predominantemente voltados a um provável visitante (Agências de Câmbio, Agências de Viagem, Associação de turismo, Companhias Aéreas, Consulados, Hospitais, Informações Turísticas, Locadoras, Rodoviária/Aeroporto, Telefones Úteis e Transporte).

A apresentação minuciosa e detalhada da cidade, com textos que destacam suas diversas qualidades, tem claramente a intenção de “vendê-la” ao visitante da Belo Horizonte virtual. O discurso apresentado de forma a exaltar as virtudes da cidade e ocultar suas mazelas reforça o ponto de vista de Lemos (2000), quando o autor afirma que essa característica transforma tais portais em “paródias assépticas de suas cidades bases” (p. 15).

A linguagem utilizada para apresentar a cidade aproxima-se muito da linguagem publicitária. No menu A Cidade > Acesso, por exemplo, a frase soa como um slogan: “Chegar é fácil. Difícil é querer ir embora”. Outros exemplos desse aspecto podem ser encontrados no menu A Cidade > Belo Horizonte (“Bem vindo à ‘Cidade Modelo da Área Ambiental’.”) ou em A Cidade > O Mapa de BH (“Belo Horizonte: a primeira cidade planejada do Brasil.”).

4.3 São Paulo

O portal oficial da cidade de São Paulo (www.capital.sp.gov.br) apresenta-se visualmente em seis partes, sendo um cabeçalho, duas faixas horizontais abaixo dele, e outras três colunas verticais abaixo destas (figura 4).

No cabeçalho, é possível observar informações de clima e trânsito na cidade em uma estreita faixa horizontal. Abaixo dessa faixa, a denominação prefeitura.sp.gov.br à esquerda, quatro ícones gerais (Fazer de Página Inicial, Mapa do Site, Contato e Ajuda do Site), e a logomarca da administração municipal. Mais abaixo, um box com os Serviços mais Acessados (Acréscimos Legais para Tributos Vencidos, Dívida Ativa, Ficha de Dados Cadastrais (FDC), IPTU – Consulta a Débitos, IPTU – Informações Gerais e IPTU – 2ª Via) e um campo de busca. Ainda mais abaixo, pode-se observar o título Cidade de São Paulo.

Na faixa horizontal imediatamente após o cabeçalho, uma imagem em destaque que, modificada a cada acesso ao portal, mostra pontos turísticos da cidade, tendo ao lado uma coluna denominada Conheça São Paulo, que dá acesso a outros pontos turísticos e à agenda de eventos. Essa faixa pode ser ocultada através de um botão vermelho no seu canto superior direito.

The image shows a screenshot of the official website of the City of São Paulo, accessed via a web browser. The URL in the address bar is <http://www.capital.sp.gov.br/portalpmsp/homec.jsp>. The page features a header with the city's logo and name, a search bar, and a navigation menu. The main content area is divided into several sections:

- Top Navigation:** Includes the city logo, name, and a search bar. The date is "São Paulo, 25 de outubro de 2007".
- Services:** A row of four boxes: "Você morador" (Services for residents), "Negócios na cidade" (Business in the city), "Relações de Governo" (Government relations), and "Servidores Públicos" (Public servants).
- Left Sidebar:** A vertical menu with categories like "Gabinete do Prefeito" (Mayor's Office), "Leis e Normas" (Laws and Norms), "Assuntos Relevantes" (Relevant Issues), and "Sites do Município" (City Sites).
- Main Content Area:**
 - Notícias (News):** A section with a featured article titled "Urbanização muda a favela Nova Jaguaré" (Urbanization changes the favela Nova Jaguaré) and other news items like "Programa vai incentivar instalação de empresas na Zona Leste" (Program to encourage company installation in the East Zone).
 - Economia e finanças (Economy and Finance):** A section with links to "Nova Luz" (New Light) and "e-negociosidades" (e-business).
 - Nossa cidade (Our City):** A section with a photo of the city and links to "Boletins das Subprefeituras" (Subprefecture Bulletins) and "FUMCAD" (Fundamental Municipal Fund).
- Right Sidebar:**
 - Campanhas (Campaigns):** Includes "Cidade Limpa" (Clean City) and "Merenda Legal" (Legal Meal).
 - Eu preciso (I need):** A list of services like "Consultar tributos on-line" (Consult taxes online) and "Encontrar um Telectro" (Find a Telectro).
 - Transparência (Transparency):** A section with links to "Conheça aqui as políticas municipais de transparência" (Know here the municipal transparency policies).
 - Sobre a cidade (About the city):** Includes "HISTÓRICO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO" (Demographic History of São Paulo) and "INFLOC@L" (Information System).
 - Outras campanhas (Other campaigns):** Includes "PROGRAMA SÃO PAULO PROTEGE" (São Paulo Protects Program).

The footer contains copyright information and the city's logo: "Copyright | Expediente | Fale Conosco | SAC | Prefeitura de São Paulo".

Figura 4: Página inicial do site oficial da cidade de São Paulo

Mais embaixo ainda, encontramos uma segunda faixa horizontal com quatro divisões temáticas, para facilitar a navegação: Você morador, contendo os links Morar, Contas e Impostos, Trânsito e Todos os Serviços; Negócios na cidade, com os links Criação, Vida da empresa, Fechamento e Todos os Serviços; Relações de Governo, com links para Contratos e Licitações, Transparência, Outras Informações e Todos os Serviços; e Servidores Públicos, com os links Gestão de Pessoas, Premiações, SIGPEC e Todos os Serviços.

Na coluna da esquerda, um menu com itens relativos à administração pública, referentes a: Gabinete do Prefeito (com os links Agenda do Prefeito, Fale com a Prefeitura, Secretarias, Subprefeituras e Equipe de Governo), Leis e Normas (com um link para Leis Municipais e outro para o Diário Oficial), Assuntos Relevantes (com 20 links para aspectos relevantes na vida da cidade, dentre os quais Corte e Poda de Vegetação, Iluminação Pública e Impostos) e Sites do Município (com 22 links para as respectivas áreas de atuação, dentre elas Educação, Finanças e Saúde), tendo ao final um box de opções para Órgãos e Entidades.

Na coluna central, mais larga, temos em destaque, no topo, o setor Notícias. A primeira notícia conta com chamada, foto e texto de apoio; as duas abaixo, chamada e texto de apoio; as próximas três, apenas com chamada; e ainda uma opção para acessar as notícias em áudio. Logo após, dois banners, um deles sobre o projeto NF-e – Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, e o outro sobre o Simples Nacional. Mais abaixo informações e serviços referentes a Economia e Finanças, e mais abaixo ainda uma outra série de opções denominada Nossa cidade, mesclando serviços aos moradores e informações sobre a cidade.

A coluna da direita tem no seu topo um setor chamado Campanhas, com três banners relativos a campanhas realizadas pela administração municipal; outro chamado Eu preciso, com acesso rápido a serviços e informações referentes à vida na cidade; mais um denominado Transparência, que apresenta links para as políticas municipais de transparência; um Sobre a cidade, com informações demográficas sobre a capital paulista; mais um chamado Fale com a Prefeitura, com links para diversas formas de contato com o poder público; e, por fim, Outras campanhas, com outros banners relativos a campanhas realizadas.

A longa descrição inicial do *site* deixa claro que há muita informação oferecida nesse espaço. A quantidade enorme de opções apresentada na página inicial já pode, por si só, funcionar como uma metáfora de apresentação da cidade: o *site* é uma representação da quarta maior cidade do mundo em termos de população⁵, com seus 11 milhões de habitantes⁶.

⁵ Fonte: Wikipedia (http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_cities_by_population)

Natural, então, que a profusão de pessoas, prédios e automóveis característica das ruas paulistanas torne-se, no *ciberespaço*, uma profusão de informações, links, imagens. Conforme destaca Silva (2001), o aspecto material da cidade produz efeitos nas suas representações - e estas, por sua vez, alteram a concepção do espaço.

Nos setores identificados na página inicial, podemos observar uma proposta de territorialização, buscando enquadrar o visitante em alguma das categorias propostas. Logo, o estrangeiro tem o seu espaço (Conheça São Paulo), o empresário o seu (Negócios na cidade), bem como o cidadão (Você morador) e o servidor público (Servidores Públicos): todos eles poderão encontrar, dentro do *site*, o seu território. Mesmo que possa desempenhar dois ou mais desses papéis, o visitante irá territorializar-se conforme o uso que pretende fazer do portal, identificando-se com apenas um dos papéis propostos.

Ao acessar o link Conheça São Paulo, entramos na área voltada ao estrangeiro (figura 5), e já podemos identificar uma redução significativa da oferta de conteúdo. Esta página apresenta um cabeçalho visualmente semelhante ao da página inicial, onde constam as informações de clima e trânsito, a denominação prefeitura.sp.gov.br, os quatro ícones gerais (Fazer de Página Inicial, Mapa do Site, Contato e Ajuda do Site), e a logomarca da administração municipal. Soma-se a esses elementos o título A Cidade de São Paulo, identificando o território ao visitante. Abaixo desse cabeçalho, podem ser observadas duas colunas. Uma delas, menor, à esquerda, contém um menu simples, intitulado São Paulo, com os links Pontos Turísticos e Saiba Mais; a outra, à direita, apresenta o conteúdo da página, com um texto de apresentação com linguagem objetiva, e duas listas: Pontos Turísticos (onde se vê Jockey Clube de São Paulo, Sala São Paulo e Ver Todos) e Saiba Mais (contendo os itens Capital Mundial da Gastronomia, Hotelaria Paulistana, O Paraíso do Consumo e Ver Todos).

Ao clicar no item Saiba Mais do menu esquerdo, surgem quatro opções de links (Capital Mundial da Gastronomia, Hotelaria Paulistana, O Paraíso do Consumo e Um Convite Permanente ao Lazer). Todas elas, contudo, conduzem o visitante a um *site* externo de turismo (www.cidadedesapaulo.com) que, por não pertencer à hierarquia do portal principal, não será analisado.

Ao clicar em Pontos Turísticos, no entanto, surge uma lista com links de algumas das principais atrações turísticas da cidade, cada um deles conduzindo a uma página com o texto

⁶ Fonte: Site Cidade de São Paulo (<http://www.cidadedesapaulo.com/dados.asp>)

correspondente. Nesses textos, impossível deixar de destacar as diversas formas que o *site* se utiliza para tratar a cidade como um fenômeno global. No item Vista Aérea do Edifício Banespa, por exemplo, destaca-se que a cidade é “a primeira cidade da América Latina e uma das maiores do mundo”. Nesse mesmo item, o *site* afirma que “São Paulo já foi considerada a 'Capital Gastronômica do Mundo' ”. Reforçando essa visão, pode-se encontrar no item Avenida Paulista a afirmação de que a região da referida avenida “abrange um dos maiores complexo hospitalares do mundo”; ou então, no item Catedral da Sé, onde se destaca que a igreja é “um dos cinco maiores templos góticos do mundo”. Em uma das poucas referências nacionais, o texto do item Edifício Copan destaca que “o prédio tem a maior estrutura de concreto armado do país”; mas, em geral, o *site* apresenta a cidade como uma metrópole mundial, globalizada.

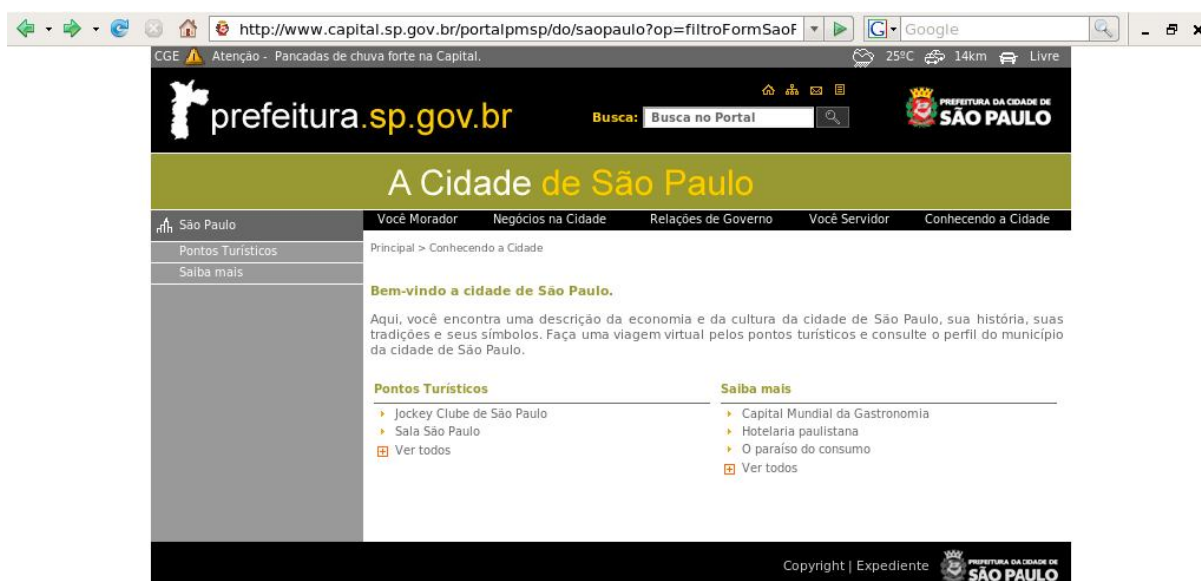


Figura 5: Área *Conheça São Paulo* do site oficial da cidade de São Paulo

Há também a tentativa de enfraquecer uma imagem recorrente atribuída à cidade: “E na noite iluminada, com as milhares de luzes dos arranha-céus, abra o coração e desvende os mistérios **desta metrópole que é muito mais que concreto e trabalho**. São Paulo é, com certeza, muito mais” (*grifo do autor*). Parece contraditório, contudo, que o *site* utilize a imagem dos arranha-céus para afirmar que a cidade é “muito mais que concreto e trabalho”; afinal de contas, o arranha-céu pode ser considerado uma representação significativa dessa imagem que o *site* pretende desassociar da metrópole.

4.4 Metáforas urbanas

Os fenômenos urbanos mostram-se mais compreensíveis quando comparados entre si. Nas palavras de Benjamin (1971 *apud* CANEVACCI, 2004), “antes de se conhecer a própria Moscou, é Berlim que aprendemos a conhecer através de Moscou” (p. 21). O próprio Canevacci (2004) destaca que na sua experiência urbana entre Roma e São Paulo se estabeleceu uma reciprocidade cognitiva entre os dois modelos urbanos, permitindo uma melhor compreensão de ambos. Nesse sentido, propõe-se uma breve comparação entre os três modelos apresentados de portais.

Um aspecto destaca-se como elemento comum aos três portais: todos eles são exemplos do que Lemos (2000) define como “paródias assépticas” das cidades que representam. Importante ressaltar, contudo, que é natural que as áreas analisadas dentro de cada portal não tragam representações de seus problemas ou imperfeições; afinal de contas, o objetivo dessas áreas é “vender” a cidade ao seu público-alvo (o estrangeiro). Por isso mesmo, em nenhum dos portais há representações de territórios marginalizados dividindo espaço com os pontos turísticos e suas inumeráveis qualidades.

Outro aspecto a ser destacado em todos os três portais é a característica informativa que apresentam. Os *sites* se estruturam de forma a somente oferecer informações sobre a cidade ao estrangeiro. Porém, apesar dessas características em comum, cada portal possui suas peculiaridades na forma como aborda a cidade e apresenta-a ao seu visitante virtual. Em cada uma delas, uma metáfora destaca-se em relação às demais.

No *site* de Porto Alegre, a metáfora mais significativa utilizada para apresentar a cidade é a da província. Dessa forma, o *site* destaca que, por trás da fachada de uma metrópole, esconde-se uma cidade com características provincianas: “a frequência dos encontros nas calçadas” e um cenário “onde o tempo parece ter parado”, típicos das pequenas cidades. Tal metáfora, como já foi destacado, carrega um duplo sentido que pode interferir no bom entendimento da mensagem pretendida pela administração pública.

Belo Horizonte, em seu *site*, apresenta-se com a metáfora da cidade-modelo. Assim sendo, utiliza uma linguagem que se aproxima bastante à publicitária, apresentando suas qualidades de forma a exercer um certo tipo de persuasão no visitante. “Visite nossos parques”, “Para Você”, “Chegar é fácil. Difícil é querer ir embora”; todos bons exemplos de frases que, com estrutura semelhante, podem ser encontradas diariamente em anúncios publicitários.

A representação de São Paulo no *ciberespaço*, por sua vez, utiliza a metáfora da megalópole global. A profusão caótica de informações na página inicial que, aos poucos, vai se tornando compreensível ao olhar, surge como analogia ao ambiente urbano também caótico. As denominações que o *site* atribui à cidade e seus elementos (“uma das maiores (*ciudades*) do mundo”, “capital mundial da gastronomia”, “um dos cinco maiores templos góticos do mundo”) deixam transparecer o imaginário desejado pela administração pública: o de uma cidade “do mundo”, globalizada.

Cabe ressaltar ainda que, enquanto Porto Alegre e São Paulo apresentam páginas iniciais mais voltadas a seus respectivos cidadãos, Belo Horizonte apresenta uma página inicial voltada ao estrangeiro. Nos dois primeiros casos, o turista encontra um link que o conduzirá até o seu território; no terceiro caso, é o cidadão belo-horizontino que deverá buscar o seu território através de um link separado. Dessa forma, a utilização do portal oficial como um “cartão de visitas” fica muito mais explícita no caso da capital mineira em comparação aos portais das capitais gaúcha e paulista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano carrega em si próprio boa parte de sua história. Os monumentos, a arquitetura de seus prédios, os nomes (oficiais ou não) de suas praças e ruas: todos esses elementos são guardiões das memórias de uma cidade. Isso porque as práticas executadas pelos cidadãos, com o passar do tempo, deixam marcas profundas no ambiente urbano.

Essas marcas, no entanto, não são apenas modificações físicas; elas podem ser identificadas também no campo simbólico. Assim, tais marcas não podem ser completamente compreendidas separadamente das representações da cidade. Esse é um processo cíclico: o espaço urbano irá influenciar as suas representações; estas agirão sobre as práticas do espaço; e as práticas, por sua vez, irão alterar o próprio espaço e a concepção que se tem dele. Numa sociedade marcada pela profusão de signos, é natural que as representações urbanas ganhem cada vez mais destaque. Autores como Peixoto (1988), inclusive, afirmam que essas imagens e discursos sobre a cidade seriam capazes de criar o real, ao invés de apenas representá-lo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a construção do imaginário urbano sofre influência significativa de suas representações. E levando-se em conta a revolução tecnológica pela qual a sociedade está passando, os discursos e imagens produzidos a partir dessa nova realidade se multiplicam e adquirem maior relevância. Sendo o *ciberespaço* um dos ícones dessa nova realidade tecnológica, as representações urbanas que se encontram dentro dele surgem como potenciais construtores da imagem de uma cidade.

Porém, as vozes no *ciberespaço* não são uníssonas. A pluralidade apresentada por esse meio permite que se tenha acesso a uma diversidade quase infinita de imaginários da cidade. Uma delas, contudo, se legitima por poder ser considerada como oficial: é a “voz” do poder público. E quando os discursos produzidos por essa “voz” têm como alvo o estrangeiro, as possibilidades de construção do imaginário ampliam-se.

As análises realizadas nos portais de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo permitiram verificar a intenção de cada *site* em produzir um imaginário positivo acerca da cidade representada. As metáforas utilizadas na representação dessas cidades exploram diferentes aspectos de sua urbanidade, e a construção de seus sentidos será sempre influenciada pela posição dos atores envolvidos, pela ideologia, pelas suas condições de construção; contudo, as três cidades, em suas representações oficiais no *ciberespaço*,

apresentam-se como lugares extremamente aprazíveis e hospitaleiros; todas as qualidades são explicitamente exaltadas, ao mesmo tempo que suas imperfeições parecem não existir.

Mesmo assim, cada portal analisado utilizou-se de metáforas diversas para apresentar sua cidade ao estrangeiro. O *site* de Porto Alegre apresenta a cidade como uma província, atribuindo-lhe diversas qualidades de cidade pequena; São Paulo é representada como uma megalópole globalizada, cujas qualidades são colocadas em destaque no cenário mundial; e Belo Horizonte, a cidade-modelo, é representada como "produto" a ser vendido ao estrangeiro, e cujo site (cumprindo uma função de "vitrine") apresenta uma página inicial voltada inteiramente ao estrangeiro, diferente das outras duas capitais. Em comum, no entanto, a intenção de "vender" a cidade através de sua representação *ciberespacial*.

A escolha das metáforas voltadas ao estrangeiro conduziu a análise por representações que tinham como foco a construção de uma imagem favorável da cidade. A interpretação de tais metáforas, contudo, não será construída apenas com o conteúdo apresentado no *site*. Mesmo supondo que esse sujeito não possua conhecimento prévio das práticas urbanas, sabe-se que o sentido que ele construirá a partir das representações expostas será influenciado tanto pela assunção de que essas representações partem da administração municipal quanto pela sua imagem previamente concebida, sua experiência. Analisar tais metáforas de forma isolada serve somente como método de análise, mas não permite a compreensão da construção do imaginário urbano por inteira.

Sabe-se que toda cidade possui virtudes e problemas – estes, normalmente, mais numerosos. A partir daí, o presente estudo suscitou algumas questões que, acredita-se, também merecem destaque: estariam estas representações urbanas mais no campo do "desejo" do que no campo do "real"? A falta de impedimentos no campo das representações estaria permitindo a apresentação de cidades utópicas, sem correspondente na realidade? E no sentido oposto: seria possível representar de forma convidativa os territórios proibidos ou marginalizados de uma cidade? Sem a pretensão de encerrar a discussão sobre o assunto, a presente monografia se propõe, antes, a possibilitar a ampliação do debate acerca das representações urbanas no *ciberespaço*.

A revolução tecnológica ocorre a pleno vapor, mas o poder público não consegue acompanhar seu ritmo: daí, a subutilização das inúmeras possibilidades trazidas pelo *ciberespaço* – desde a revigoração dos espaços públicos até elaboração de um fórum realmente democrático para a discussão dos problemas da cidade. Nesse contexto, a construção do imaginário desejado pela representação oficial das cidades nos seus portais é

apenas uma pequena parte de um processo complexo, que não pode descartar a materialidade da experiência urbana no seu desenvolvimento. Isso porque o *ciberespaço*, ao invés de ser entendido como uma realidade paralela, só pode ser apreendido através de sua relação dialética com os espaços urbanos e as práticas ali executadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELO HORIZONTE. **Site oficial da cidade de Belo Horizonte**. Disponível em <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2007.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo : Studio Nobel, 2004.
- CARIDE, Horacio E. O polvo, a mancha e a megalópole. O urbanismo como representação, Buenos Aires, 1927-1989. In: BRESCIANI, Maria S. (org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre : Ed. Universidade / UFRGS, 2001, p. 41-75.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo : Paz e Terra, 1999, 3 v. v. 1: A Sociedade em Rede.
- COULANGES, Numa-Denys Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo : EDAMERIS, 1961. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cidadeantiga.html>>. Acesso em: 15 ago 2007.
- FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo : SESC ; Annablume, 1997.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro : Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- KOTLER, Philip *et al.* **Marketing de lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe**. São Paulo : Prentice Hall, 2006.
- LE MOS, A. Cibercidades. In: LEMOS, André; PALACIOS, Marcos (orgs). **Janelas do Ciberespaço: Comunicação e Cibercultura**. Porto Alegre : Sulina, 2000. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/txt_and1.htm>. Acesso em 05 out 2007.
- _____. Cibercidades: um modelo de inteligência coletiva. In: _____ (org). **Cibercidade: A Cidade na Cibercultura**. Rio de Janeiro : E-Papers, 2004, p. 19-26.
- _____. **Cibercidade**. Groupe D'Etudes et de Recherches sur les Mondialisations, 2006. Disponível em <<http://www.mondialisations.org/php/public/art.php?id=22897&lan=PO>>. Acesso em 23 set 2007.
- _____. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. In: MÉDOLA, Ana Silvia; ARAÚJO, Denise; BRUNO, Fernanda (orgs). **Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática**, Porto Alegre : Editora Sulina, 2007, pp. 277-293. Disponível em <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/territorio.pdf>>. Acesso em 05 out 2007.

LEMOS, André *et al.* Cidade, Tecnologia e Interface. Análise de Interfaces de Portais Governamentais Brasileiros. Uma proposta metodológica. **Revista Fronteiras: Estudo Midiático**, São Leopoldo, volume VI, número 2, p. 117-136, 2004. Disponível em <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/interface.pdf>> . Acesso em: 05 out 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo : Ed. 34, 1999.

LISSONGER, André; RODRIGUES, Marcos A. N. Do lugar telemático e outros portos do imaterial: notas para uma crítica da cidade ampliada. In: LEMOS, André (org). **Cibercidade: A Cidade na Cibercultura**. Rio de Janeiro : E-Papers, 2004, p. 257-267.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo : Martins Fontes, 1997.

MITCHELL, William J. **E-topía**: “Vida urbana, Jim, pero no la que nosotros conocemos”. Barcelona : Gustavo Gili, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas : Pontes, 2005.

PALACIOS, Marcos. Polarização, inclusão e exclusão social: uma proposta de monitoramento do Projeto Aveiro Digital. In: LEMOS, André (org). **Cibercidade: A Cidade na Cibercultura**. Rio de Janeiro : E-Papers, 2004, p. 131-149.

PEIXOTO, Nelson B. O olhar estrangeiro. In: NOVAES, Adauto (org). **O olhar**. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre : Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

PILLAR, Gabriel. **Cidades híbridas**: um estudo sobre o Google Earth como ferramenta de escrita virtual sobre a cidade, 83 fls. Monografia (Graduação em Comunicação Social, ênfase em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/Monografia_Gabriel_Pillar.pdf>. Acesso em 15 set 2007.

PORTO ALEGRE. **Site oficial da cidade de Porto Alegre**. Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/>>. Acesso em: 02 nov 2007.

REYES, Paulo B. As mídias analógicas e as mídias digitais na construção da dimensão pública no cotidiano da cidade. **Verso e Reverso – Revista da Comunicação**, São Leopoldo, ano XVIII, n. 38, 2004/1. Disponível em <<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=2&s=9&a=19>>. Acesso em: 25 set 2007.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre : Ed. Universidade / UFRGS, 2005.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo : Brasiliense, 1988.

SÃO PAULO. **Site oficial da cidade de São Paulo**. Disponível em <<http://www.capital.sp.gov.br/>>. Acesso em: 25 out. 2007.

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. São Paulo : Perspectiva ; Bogotá : Convenio Andres Bello, 2001.

SOUZA, Celia F. de. O Sentido das palavras nas ruas da cidade. Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público). In: BRESCIANI, Maria S. (org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre : Ed. Universidade / UFRGS, 2001, p. 137-156.

VIRILIO, Paul. **O Espaço Crítico**. Rio de Janeiro : 34, 1993.